



DISPENSA ELETRÔNICA Nº 003/2024

Processo Administrativo nº 177/2024

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR/MA

Responsável pela solicitação e contratação: ANTONIO JORGE LOBATO FERREIRA

Agente de contratação: FERNANDA RAQUEL PEREIRA ABREU CRUZ

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS QUE SEJA CAPAZ DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR – MA.

VALOR MÉDIO TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 59.438,70 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta cencavos).

DATA DA ENTREGA/ENVIO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS:

Do dia 21/05/2024 até 27/05/2024

DATA E HORA DA ABERTURA E JULGAMENTO:

27/05/2024 das 08:00h até 14:00h

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO





Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR/MA**, realizará DISPENSA ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações e normas aplicáveis.

Link: www.licitacmpaco.com.br

Critério de Julgamento: Menor preço Global, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS QUE SEJA CAPAZ DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA CAMARA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR – MA**, de acordo com o Termo de Referência e Demais Anexos.

1.1. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

MAPA DE APURAÇÃO - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / FABRICANTE / PROCEDÊNCIA NACIONAL	QUANT.	UNIDADE	MÉDIA UNIT	MÉDIA TOTAL
1	CAFÉ: Produto devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. O produto deve estar dentro das normas legais e apresentar uma composição centesimal aproximada de 5g de proteínas, 1,7g de lipídios e 13,4g de glicídios. (250g)	Café Puro / Industrias Alimenticias Marata	900	PCT	R\$ 9,65	R\$ 8.680,50
2	AÇÚCAR, Contendo sacarose, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de Glicídios. Em embalagem de (1kg).	Ennebê / Empacotamentos D P Alimentos Lopes	900	PCT	R\$ 5,11	R\$ 4.599,00
3	ARROZ, Agulhinha tipo I, longo fino, beneficiado, polido, procedência nacional e ser de safra corrente, limpo, grãos inteiros mínimo de 90%, umidade máxima de 14%. Selecionado eletronicamente grão por grão, não sendo necessário lavar e nem escolher para sua	PAINHO / C D A - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	540	PCT	R\$ 7,32	R\$ 3.952,80





CÂMARA MUNICIPAL DE
PAÇO DO LUMIAR
PODER LEGISLATIVO

	preparação. Produto natural sem adição de elementos químicos (agrotóxicos). Em embalagem de (1kg).					
4	FEIJÃO CARIOCA: feijão tipo 1, natural, novo, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondente à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. A composição centesimal aproximada deverá ser: proteínas = 22g; lipídios = 1,6g e glicídios = 60,8g. Será permitido o limite de 2% de impureza e materiais estranhos, obedecendo à portaria 161 de 24/07/87 – MA. De procedência nacional e ser de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. (1kg)	Natural / Natural Alimentos	540	PCT	R\$ 11,54	R\$ 6.232,95
5	ÓLEO VEGETAL ALIMENTÍCIO: em embalagem de 900 ml, originário de algodão, soja, milho ou girassol, produto refinado e de acordo com os padrões legais. (900ml)	ABC / ABC Ind. e Com. S A	360	UN	R\$ 10,63	R\$ 3.825,00
6	LEITE EM PÓ – CARACTERÍSTICAS: pó fino uniforme sem grumos, isento de partículas estranhas, de cor branca amarelada com odor e sabor suave, não ácido, não rançoso, sem odores estranhos, semelhante leite fluído. (200g)	Italac / Goiasminas Industria de Laticínios LTDA.	900	PCT	R\$ 9,70	R\$ 8.727,75
7	TIPO CREAM CRACKER em embalagem dupla proteção ou protetores internos (350g).	Poty / Poti Nexos Foods Ltda	900	PCT	R\$ 6,21	R\$ 5.589,00
8	BISCOITO DOCE, em embalagem dupla proteção ou protetores internos (350g).	Poty / Poti Nexos Foods Ltda	900	PCT	R\$ 6,19	R\$ 5.566,50
9	FLOCÃO DE MILHO: Flocos de milho graúdos produzido pela torrefação, flocos feitos de grãos de milho. (500g)	URBANO / URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA	720	PCT	R\$ 3,11	R\$ 2.239,20
10	Margarina - vegetal cremosa, com sal. Isenta de ranço e mofos. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pote de 250 gramas	Primor / Bunge Brasil	360	UN	R\$ 5,12	R\$ 1.842,30
11	Macarrão com ovos, tipo espaguete - Enriquecido com ferro e ácido fólico. Após cozimento manter-se solto com o sabor e odor característico. Embalagem plástica, atóxica, transparente e não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações	Gostoso / M Dias Branco S A Ind. e Com de Alimentos	900	PCT	R\$ 6,00	R\$ 5.400,00





	nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote de 400g.					
12	Extrato de tomate/ Massa de tomate - Concentrado de pura polpa, simples. Acondicionado em lata de folha de flandres, não apresentar fermentação, vazamentos, ferrugem, amassados e estufamentos, conter dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6(seis)meses a contar da data de entrega do produto. Latas de 190 gramas.	Quero / Heinz Brasil S/A	540	UN	R\$ 5,16	R\$ 2.783,70
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:						R\$ 59.438,70

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, através do endereço eletrônico www.licitacmpaco.com.br

2.1.1. O procedimento será divulgado no Portal de Transparência da Câmara Municipal de Paço do Lumiar/MA, no portal da BR Conectado onde será realizada a sessão e no PNCP Portal Nacional de Compras Públicas.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu (s) anexo (s);





2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do termo de referência, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea “a” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou





coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, [conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma indicada no item 2.1.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou descontos ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência* assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. Ao efetuar o cadastro no sistema, a empresa licitante declara sua concordância com os seguintes termos:

3.9.1. Declara que conhece e concorda com todas as regras do edital;

3.9.2. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;

3.9.3. Declaração que até a presente data a inexistência de fatos impeditivos para a habilitação do presente processo licitatório;

3.9.4. Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.5. Declara de enquadramento de ME/EPP/MEI ou não;

3.9.6. Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)





3.8. Declaram ainda de forma tácita que:

3.8.1. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.8.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

3.8.3. Declara, sob as penalidades da lei, que todos os documentos apresentados pela empresa são autênticos e não foram falsificados de forma alguma. Estar ciente das consequências legais de apresentar documentos falsos e afirma que todas as informações contidas nesses documentos são verdadeiras e precisas;

3.8.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

3.9. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.11.1 Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

a) Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2 O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3 Durante a etapa de lances, as empresas participantes terão sua identificação em caráter sigiloso, sendo aberto para todos inclusive para o pregoeiro somente ao final da etapa de lances.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa Eletrônica, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de





lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

4.8. Será estabelecido o intervalo mínimo de diferença de valores de **R\$ 0,01 (um centavo)** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO





5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, torna-se imperativa a realização de negociações visando à obtenção de condições mais favoráveis, as quais poderão equivaler ou ser inferior ao montante estimado.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. Contiver vícios insanáveis;

5.7.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;





5.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

3.9.1. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

3.10. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

3.10.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

3.10.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

3.11. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

3.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

3.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

3.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

3.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.





3.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

3.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

3.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste edital e deverão ser anexos juntamente com a proposta dentro do sistema antes da data marcada para a abertura da sessão.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.





7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

3.16.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

3.16.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos;

3.16.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

3.17. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

3.18. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

3.18.1. Dar causa à **inexecução parcial** do contrato;

3.18.2. Dar causa à **inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3.18.3. Dar causa à **inexecução total** do contrato;

3.18.4. **Deixar de entregar a documentação** exigida para o certame;

3.18.5. **Não manter a proposta**, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;





3.18.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

3.18.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação **sem motivo justificado**;

3.18.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

3.18.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

3.18.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

3.18.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3.18.11. Praticar atos ilícitos com vistas a **frustrar os objetivos deste certame**.

3.18.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

3.19. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;





c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

3.20. Na aplicação das sanções serão considerados [\(art. 156, §1º\)](#):

3.20.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

3.20.2. As peculiaridades do caso concreto;

3.20.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

3.20.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

3.20.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

3.21. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Contratante [\(art. 156, §9º\)](#).

3.22. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa [\(art. 156, §7º\)](#).

3.23. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.





3.24. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

3.25. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica/pessoa física, com ou sem a participação de agente público

3.26. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto [na Lei nº 14.133, de 2021](#), e subsidiariamente na [Lei nº 9.784, de 1999](#)

3.27. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação [\(art. 157\)](#).

3.28. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será **descontada da garantia** prestada ou **será cobrada judicialmente**. [\(art. 156, §8º\)](#).

3.29. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

3.30. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei [\(art. 159\)](#).

3.31. A personalidade jurídica do Contratado **poderá ser desconsiderada** sempre que utilizada com **abuso do direito** para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa





jurídica **serão estendidos aos seus administradores e sócios** com poderes de administração, à **pessoa jurídica sucessora** ou à **empresa do mesmo ramo** com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia [\(art. 160\)](#)

3.32. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

8. INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

8.1. Informações complementares poderão ser obtidas junto à CONTRATANTE a partir da divulgação da Dispensa Eletrônica. Qualquer dúvida deverá ser direcionada por meio do seguinte e-mail: licitacao@neropolis.go.gov.br, assegurando, dessa forma, a formalidade do documento para ambas as partes.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

3.32.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

3.32.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

3.32.2.1. No caso do subitem 9.1.2 a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

3.32.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

3.33. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

3.34. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa Eletrônica, deverá





ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

3.35. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.36. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

3.37. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

3.38. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

3.39. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa Eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

3.40. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

3.41. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa Eletrônica e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

3.42. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.





3.43. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

3.43.1. Anexo I – Documentação exigida para Habilitação;

3.43.2. Anexo II - Termo de Referência.

Paço do Lumiar/MA, 21 de maio de 2024

FERNANDA RAQUEL PEREIRA ABREU CRUZ

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.1. Habilitação jurídica

1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





1.1.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.1.1. Prova de inscrição no **Cadastro de Pessoas Físicas** (CPF);

1.1.2. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ);

1.1.3. Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos **Federais** e à Dívida Ativa da União;

1.1.4. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

1.1.5. Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





1.1.6. Certidão de **regularidade com a Fazenda Estadual**, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.1.7. Certidão de **regularidade Municipal**, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.1.8. Certidão Negativa de Falência ou Concordata (Recuperação Judicial ou Extrajudicial), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data de apresentação da proposta de preço.

1.1.9. 01 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu de forma satisfatória produtos compatíveis em quantidades e características com o objeto desta licitação.

1.1.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **estaduais ou municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios, destinados a suprir as necessidades da Câmara Municipal de Paço do Lumiar/MA, incluindo eventos institucionais, reuniões, sessões plenárias e o consumo diário dos servidores.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. **Contextualização e Identificação da Necessidade:** A Câmara Municipal de Paço do Lumiar/MA, responsável por legislar e fiscalizar o Executivo Municipal, necessita oferecer condições adequadas de trabalho aos seus servidores e membros. Entre essas condições, destaca-se a necessidade de fornecimento contínuo de gêneros alimentícios para eventos institucionais, reuniões, sessões plenárias e o dia a dia dos servidores.

2.2. **Problema a Ser Resolvido:** A falta de um fornecimento contínuo e de qualidade de gêneros alimentícios pode comprometer a produtividade e o bem-estar dos servidores, causar desconforto durante sessões prolongadas e reuniões, e prejudicar a imagem institucional da Câmara.





2.3. **Justificativa sob a Perspectiva do Interesse Público:** A contratação visa assegurar que todos tenham acesso a uma alimentação de qualidade, promovendo um ambiente de trabalho saudável e eficiente. Os principais benefícios incluem:

- **Garantia de Produtividade:** manutenção da produtividade dos servidores e vereadores durante todo o expediente.
- **Promoção do Bem-Estar:** contribuição para o bem-estar físico e mental dos trabalhadores.
- **Manutenção da Imagem Institucional:** Reforço da imagem de competência e seriedade da Câmara.
- **Atendimento às Normas de Saúde e Segurança:** conformidade com as normas de saúde e segurança no trabalho.

2.4. A contratação é essencial para o bom funcionamento das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal de Paço do Lumiar/MA, promovendo saúde, bem-estar, produtividade e fortalecendo a imagem institucional.

2.5. **Levantamento de Mercado:** a análise das alternativas disponíveis no mercado concluiu que a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios é a solução mais eficaz.

2.6. **Rapidez e Agilidade no Pedido e Entrega:** empresas especializadas possuem sistemas logísticos eficientes, garantindo a entrega rápida e sem interrupções.

2.7. **Gestão de Estoque:** empresas especializadas utilizam sistemas avançados de gestão de estoque, evitando desperdícios e assegurando a disponibilidade contínua de alimentos.

2.8. **Fornecimento por Demanda:** a flexibilidade para ajustar a quantidade e tipo de gêneros alimentícios conforme a demanda específica da Câmara é um grande benefício.

2.9. A contratação de uma empresa especializada garante rapidez e agilidade na entrega, gestão eficiente de estoque e fornecimento flexível por demanda, assegurando um ambiente de trabalho produtivo e saudável, além de otimizar recursos e processos internos.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A empresa contratada deverá fornecer gêneros alimentícios de alta qualidade, conforme a demanda, com variedade suficiente para atender às necessidades diárias e eventuais da Câmara Municipal. A seguir, é apresentada uma tabela descritiva dos produtos a serem fornecidos, incluindo quantidade, unidade, valor unitário e valor total.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS					





CÂMARA MUNICIPAL DE
PAÇO DO LUMIAR
PODER LEGISLATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / FABRICANTE / PROCEDÊNCIA NACIONAL	QUANT.	UNIDADE	MÉDIA UNIT	MÉDIA TOTAL
1	CAFÉ: Produto devidamente selecionado, beneficiado, torrado e moído. O produto deve estar dentro das normas legais e apresentar uma composição centesimal aproximada de 5g de proteínas, 1,7g de lipídios e 13,4g de glicídios. (250g)	Café Puro / Industrias Alimenticias Marata	900	PCT	R\$ 9,65	R\$ 8.680,50
2	AÇÚCAR, Contendo sacarose, originário do suco da cana, livre de fermentação, isento de matéria terrosa, de parasitas e detritos animais e vegetais, contendo aproximadamente 99,2% de Glicídios. Em embalagem de (1kg).	Ennebê / Empacotamentos D P Alimentos Lopes	900	PCT	R\$ 5,11	R\$ 4.599,00
3	ARROZ, Agulhinha tipo I, longo fino, beneficiado, polido, procedência nacional e ser de safra corrente, limpo, grãos inteiros mínimo de 90%, umidade máxima de 14%. Selecionado eletronicamente grão por grão, não sendo necessário lavar e nem escolher para sua preparação. Produto natural sem adição de elementos químicos (agrotóxicos). Em embalagem de (1kg).	PAINHO / C D A - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	540	PCT	R\$ 7,32	R\$ 3.952,80
4	FEIJÃO CARIOCA: feijão tipo 1, natural, novo, constituído de no mínimo 95% de grãos inteiros e correspondente à variedade no tamanho e cor. Maduros, limpos e secos. A composição centesimal aproximada deverá ser: proteínas = 22g; lipídios = 1,6g e glicídios = 60,8g. Será permitido o limite de 2% de impureza e materiais estranhos, obedecendo à portaria 161 de 24/07/87 – MA. De procedência nacional e ser de safra corrente. Isento de mofo, de odores estranhos e de substâncias nocivas. (1kg)	Natural / Natural Alimentos	540	PCT	R\$ 11,54	R\$ 6.232,95
5	ÓLEO VEGETAL ALIMENTÍCIO: em embalagem de 900 ml, originário de algodão, soja, milho ou girassol, produto refinado e de acordo com os padrões legais. (900ml)	ABC / ABC Ind. e Com. S A	360	UN	R\$ 10,63	R\$ 3.825,00
6	LEITE EM PÓ – CARACTERÍSTICAS: pó fino uniforme sem grumos, isento de partículas estranhas, de cor branca amarelada com odor e sabor suave, não ácido, não rançoso, sem odores estranhos, semelhante leite fluido. (200g)	Italac / Goiasminas Industria de Laticínios LTDA.	900	PCT	R\$ 9,70	R\$ 8.727,75
7	TIPO CREAM CRACKER em embalagem dupla proteção ou protetores internos (350g).	Poty / Poti Nexos Foods Ltda	900	PCT	R\$ 6,21	R\$ 5.589,00





8	BISCOITO DOCE, em embalagem dupla proteção ou protetores internos (350g).	Poty / Poti Nexos Foods Ltda	900	PCT	R\$ 6,19	R\$ 5.566,50
9	FLOCÃO DE MILHO: Flocos de milho graúdos produzido pela torrefação, flocos feitos de grãos de milho. (500g)	URBANO / URBANO AGROINDUSTRIAL LTDA	720	PCT	R\$ 3,11	R\$ 2.239,20
10	Margarina - vegetal cremosa, com sal. Isenta de ranço e mofos. Embalagem plástica, atóxica, não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pote de 250 gramas	Primor / Bunge Brasil	360	UN	R\$ 5,12	R\$ 1.842,30
11	Macarrão com ovos, tipo espaguete - Enriquecido com ferro e ácido fólico. Após cozimento manter-se solto com o sabor e odor característico. Embalagem plástica, atóxica, transparente e não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega do produto. Pacote de 400g.	Gostoso / M Dias Branco S A Ind. e Com de Alimentos	900	PCT	R\$ 6,00	R\$ 5.400,00
12	Extrato de tomate/ Massa de tomate - Concentrado de pura polpa, simples. Acondicionado em lata de folha de flandres, não apresentar fermentação, vazamentos, ferrugem, amassados e estufamentos, conter dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Validade mínima de 6(seis)meses a contar da data de entrega do produto. Latas de 190 gramas.	Quero / Heinz Brasil S/A	540	UN	R\$ 5,16	R\$ 2.783,70
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:						R\$ 59.438,70

4. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Para julgamento e classificação da Proposta, deverá ser utilizado o critério de Menor Preço, observadas as especificações técnicas, prazos e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Termo de Referência.

5. DA VIGÊNCIA E DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:





5.1. Os serviços a serem contratados serão executados/fornecidos dentro das dependências da Câmara Municipal de Paço do Lumiar – MA com vigência de doze meses a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

5.2. Entregas regulares devem ser realizadas semanalmente (para produtos perecíveis) e mensalmente (para produtos não perecíveis e de mercearia).

5.3. As entregas devem ser realizadas em horário comercial, com agendamento prévio para evitar interrupções nas atividades da Câmara.

5.4. Os alimentos devem ser transportados em veículos adequados, que garantam a manutenção das condições ideais de temperatura e higiene.

6. NORMAS APLICÁVEIS E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS PRODUTOS:

6.1. Características gerais:

6.1.1. A empresa contratada deve garantir a reposição imediata de produtos que estejam fora das especificações ou com problemas de qualidade, sem custo adicional para a Câmara.

6.1.2. A empresa deve auxiliar na gestão de estoque, fornecendo relatórios mensais de consumo e necessidade de reposição.

6.1.3. Capacidade de ajustar rapidamente a quantidade e tipo de produtos fornecidos conforme variações na demanda da Câmara Municipal.

7. DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Da Contratante:

7.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão, especialmente designado pela Câmara Municipal.

7.1.2. Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora.

7.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que a licitante vencedora possa proceder à entrega do material/serviço dentro do estabelecido neste Termo de Referência.

7.1.4. Rejeitar os serviços que não satisfizerem aos padrões exigidos nas especificações;

7.1.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções administrativas previstas na legislação vigente.

7.2. Da Contratada

7.2.1. Proceder a entrega dos serviços/produtos contratados, em conformidade com o quantitativo e as especificações constantes do item 3 do presente Termo de Referência e da sua Proposta Comercial;

7.2.2. Manter inalterados os preços e condições das propostas;

7.2.3. Responder por todos os ônus decorrentes do transporte de embalagem, seguros, taxas, fretes e demais encargos que venham incidir na entrega do material;

7.2.4. Lançar na nota fiscal as especificações dos itens, de modo idêntico àquelas constantes do objeto deste Termo de Referência;

7.2.5. Não transferir a terceiros, total ou parcial, o fornecimento dos itens sem a prévia e expressa anuência da Contratante;





7.2.6. Possuir atendimento pessoal e especializado, para contato com a Contratante;

7.2.7. Responder por todos os vícios e defeitos durante o período de vigência do contrato;

7.2.8. Repassar à CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, todos os preços e vantagens, sempre que esses forem mais vantajosos para **Câmara Municipal de Paço do Lumiar**, do que os ofertados no Contrato;

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito pela **Câmara Municipal de Paço do Lumiar - MA**, em moeda corrente nacional, mediante Transferência Eletrônica Bancária, direto na Conta da Contratada e ocorrerá em periodicidade mensal, sempre mediante a apresentação da competente medição e Nota Fiscal ou Fatura.

8.2. Será verificada a regularidade do cadastramento e habilitação parcial da Contratada perante o Departamento de Cadastro de Fornecedores da **Câmara Municipal de Paço do Lumiar - MA** no ato do pagamento.

8.3. Como condição para Administração efetuar o pagamento, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação.

8.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização deles.

8.5. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrado no departamento de cadastro de fornecedores da **Câmara Municipal de Paço do Lumiar - MA**, constante ainda da Nota de Empenho e do Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo de filiais ou da matriz.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Câmara Municipal, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mencionada Lei, ou pelos respectivos substitutos.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





10.1. As despesas decorrentes do Objeto deste Termo correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Câmara Municipal de Paço do Lumiar - MA, a serem devidamente classificadas no contrato que será celebrado com a empresa CONTRATADA ou outros instrumentos hábeis.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Em hipótese alguma serão aceitos itens em desacordo com as condições pactuadas, ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade do serviço, bem como visando a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, objetivando a obtenção da qualidade exigida.

12. FORO

12.1. Fica eleito o foro da comarca de Paço do Lumiar - MA, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

13.1. O cronograma de desembolso será realizado mensalmente/sob demanda no valor de R\$ _____, a partir do recebimento definitivo do objeto solicitado na etapa, nos termos da alínea “b”, inciso XIV do art. 40, da Lei Federal no 3.666/93.

Paço do Lumiar/MA, 21 de maio de 2023.

JOSÉ FRANCISCO SOUSA DINIZ

Diretor Geral da Câmara Municipal de Paço do Lumiar - MA

